

Segurança alimentar, pandemia e extensão universitária ¹

Food security, pandemic and university extension

Márcio Carneiro dos Reis²

- Filiação Institucional: Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de São João del-Rei (DCECO/UFSJ); Centro de Referência em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, (CERESAN/UFRRJ).
- **Endereço:** Av. Presidente Castelo Branco 787, Águas Santas, Tiradentes, Minas Gerais, CEP. 36.325-000.
- **Telefone:** (31) 98877-4673. **E-mail:** marcio.reis@ufs.edu.br.

Bárbara Brasiel Neiva³

- Filiação Institucional: Graduanda do Curso de Administração da UFSJ.

Priscila Moraes Ribeiro de Paula⁴

- Filiação Institucional: Graduanda do Curso de Ciências Econômicas da UFSJ.

Resumo

O artigo apresenta projeto de extensão universitária que propõe enfrentar a Pandemia COVID-19 através de ações em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), promovendo redes de solidariedade, mercados de proximidade e responsabilidade

¹ Os autores agradecem a Conceição Maria do Carmo e a Merilane Emanuele Cardoso pela contribuição para a elaboração do Projeto. Agradecem também a todas e todos que vêm colaborando para a sua implementação.

² O autor agradece ao CPDA/UFRRJ e aos pesquisadores do Centro de Referência em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN), bem como à Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), na figura de seu Departamento de Ciências Econômicas (DCECO), do Programa de Mestrado em Desenvolvimento, Planejamento e Território (PGDPLAT) e da sua Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PROEX), que tornaram possível sua contribuição para este trabalho.

³ A autora agradece à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), na condição de bolsista do Programa de Extensão “Diálogos de saberes e práticas para a promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional como estratégia de desenvolvimento no território das vertentes em Minas Gerais”.

⁴ A autora agradece à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), na condição de bolsista do “Programa de Educação Financeira para Inclusão Socioeconômica Sustentável”.

governamental para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). O propósito é discutir o potencial do enfoque da SAN como estratégia de desenvolvimento territorial, tendo em conta a emergência da pandemia. Para tanto, é realizada uma breve leitura da experiência brasileira em SAN, de onde decorrem diálogos de saberes como estratégia. Propõe-se então uma análise documental e de estudo de caso, evidenciando as origens do projeto, seus objetivos específicos e suas estratégias de enfrentamento de questões urgentes e de médio e longo prazos. Essa análise será realizada também em diálogo com autores que, acredita-se, contribuem para uma melhor compreensão dos processos em curso e com aspectos relevantes da realidade territorial onde o projeto está sendo implementado. Nas considerações finais, o tema da SAN enquanto estratégia de desenvolvimento será retomado e serão expostas algumas ações em curso, além de problemas tanto de ordem teórico-metodológica, quanto de gestão, que vêm sendo colocados pela experiência de implementação do projeto em questão.

Palavras-chave: Pandemia. Soberania e segurança alimentar e nutricional. Estratégia de desenvolvimento. Extensão universitária. Circuitos curtos de produção e circulação de bens e serviços. Redes de solidariedade.

Abstract

The article presents an university extension project that aims to tackle the COVID-19 Pandemic through the promotion of Food and Nutritional Security (FNS), promoting solidarity networks, proximity markets and governmental responsibility for guaranteeing the Human Right to Adequate Food. The purpose is to discuss the potential of the FNS approach as a territorial development strategy, taking into account the emergence of the pandemic. A brief reading of the Brazilian experience in FNS is

carried out, from which dialogues of knowledge arise as a strategy. A documentary and case study analysis was proposed, highlighting the origins of the project, its specific objectives and its strategies for dealing with urgent and medium and long-term issues. This analysis will also be carried out in dialogue with authors who, it is believed, contribute to a better understanding of the ongoing processes and with relevant aspects of the territorial reality where the project is being implemented. In the final remarks, the theme of FNS as a development strategy will be resumed and some ongoing actions will be exposed, in addition to problems of both theoretical and methodological order, as well as management, which have been raised by the experience of implementing the project in question.

Key words: *Pandemic. Sovereignty and food and nutritional security. Development strategy. University Extension. Short circuits of production and circulation of goods and services. Solidarity networks.*

1.Introdução

A realidade latino-americana é marcada por profundos traços de desigualdade social e econômica, mesmo em vista das riquezas materiais e culturais aqui encontradas. Essas são características que, na verdade, alcançam todas as regiões do mundo. E buscando equilibrar a relação entre a natureza e a expansão do bem estar das sociedades, a ONU (Organização das Nações Unidas), através do compromisso das Nações signatárias, dentre elas o Brasil, elaborou 17 Objetivos e 169 metas de Desenvolvimento Sustentável que compõem a Agenda 2030, um plano de ação global para um 2030 sustentável. (ONU, 2016). Isto posto, as estratégias de desenvolvimento devem abarcar objetivos do desenvolvimento, que vão para além dos seus aspectos puramente econômicos, destacando o desenvolvimento humano e

social e visando assegurar direitos básicos de acesso à saúde, educação e alimentação saudável e de qualidade. De acordo com MALUF (2007), o enfrentamento da questão alimentar é indispensável para promoção da equidade social, permitindo uma análise das questões socioeconômicas presentes em uma dada sociedade, e desse modo, manter ou incentivar a criação de políticas públicas aplicadas com esse objetivo.

E é nesse contexto de disparidades sociais e problemas ambientais graves que, já nos primeiros dias de 2020, a Pandemia de COVID-19 se impõe sobre todos os países no mundo. Especificamente no que respeita ao caso brasileiro, pode-se dizer que a crise provocada pela pandemia de COVID-19 alcança o país no momento talvez mais delicado de sua história. Isto ocorre por dois motivos, basicamente: o aprofundamento das desigualdades históricas que marcam nossa sociedade e pela desconstrução da capacidade do Estado, tanto no âmbito federal, como estadual e municipal, de intervir sobre os processos em curso. Essa segunda circunstância, parafraseando Karl Polanyi (2000), acaba por comprometer seriamente os meios através dos quais as populações têm para se defender dos males que as assola. O reatamento de nossas desigualdades históricas na atualidade pode ser, por exemplo, verificado através de relatórios recentes produzidos pela OXFAM (2017, 2018, 2019), com duas grandes causas sempre em evidência: a regressividade que caracteriza nosso sistema tributário (VALERY, 2018) e o caráter altamente concentrado de nossa estrutura fundiária (OXFAM, 2016)¹.

Uma terceira causa apontada pela literatura que trata da história política do Brasil (COSTA, 1988) é a ocupação e a recorrente utilização do aparato do Estado, por parte de grupos sociais privilegiados e empoderados, para o atendimento de seus interesses, o que vem acompanhado da interdição dos demais grupos sociais

considerados oponentes. O privilégio e o empoderamento se auto reforçam, por um lado e, por outro, estão assentados na propriedade fundiária, no controle sobre os fluxos de riqueza e meios de sobrevivência e na capacidade de construir um universo simbólico estéril politicamente, não promotor de cidadania. No Brasil, essa condição se manifesta em todos os níveis territoriais e em todas as instâncias estatais – Judiciário (ICJ-FGV, 2016), do Legislativo (VIEIRA, 1999) e do Executivo (CHARLEAUX, 2018) – e tem implicado em um déficit extraordinário em termos de democracia; uma desigualdade impressionante em termos de renda e riqueza (DOWBOR, 2020) e na degradação ambiental que corre a passos largos (RODRIGUES, 2020), com o comprometimento da vida de muitas pessoas e da cultura acumulada por longas gerações de populações tradicionais.

Sobre essa tendência secular de aprofundamento de desigualdades, superpõe-se, desde 2016 sobretudo, a intensificação de um processo de desconstrução da capacidade institucional do Estado no Brasil de intervir sobre a realidade. Essa capacidade havia sido ampliada a partir da Constituição Federal de 1988, quando a Lei homologou e criou mecanismos para a ação através do Estado, não só para mitigar as tendências seculares de aprofundamento das desigualdades, mas também para revertê-las. Contudo, e a título de exemplo, tem-se a conhecida Emenda Constitucional 95 que, no final de 2016, alterou a Constituição Federal de 1988 para instituir um novo regime fiscal. Esse novo regime limitou o crescimento das despesas do Estado brasileiro à inflação durante 20 anos, impactando negativamente o desenho institucional do Estado e promovendo a redução de gastos em saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura, ciência e tecnologia, enfim, gastos fundamentais para a promoção do desenvolvimento em todas as suas dimensões.

Diante dessas questões, propôs-se um projeto de extensão universitária que visa, no Território Vertentes,⁵ enfrentar a Pandemia COVID-19 através da promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Nesse sentido, propõe-se a promoção de redes de solidariedade, mercados de proximidade e responsabilidade governamental, destacando a necessidade de se garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). O Projeto foi proposto, visando contribuir para minorar os efeitos do isolamento social e, ao mesmo tempo, promover mecanismos, durante e pós-pandemia, para garantir a reprodução material e social de populações territorialmente localizadas, destacando aquelas em situação de maior vulnerabilidade social. O Projeto tem por objetivo geral contribuir para a disponibilidade e as condições de acesso regular e permanente a alimentos saudáveis e de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, especialmente aos que estão com dificuldades de acessá-los, e para diminuir a incerteza dos que participam de mercados ou de redes de solidariedade, cujo funcionamento se tornou irregular com a atual crise provocada pela Pandemia COVID-19.

Trata-se de um projeto que está sendo implementado por uma equipe formada hoje por algo em torno de 50 pessoas. Essa equipe é interdisciplinar (nutricionistas, agrônomos, arquitetos, economistas, administradores, assistentes sociais, engenheiros); interprofissional (agricultoras e agricultores; representantes de movimentos sociais; gestoras e gestores públicos; representantes legislativos; pesquisadoras e pesquisadores; professoras e professores; estudantes de cursos de graduação e mestrados acadêmicos; consumidoras e consumidores agroecológicos;

⁵ Considera-se aqui “Território Vertentes” aquele definido no âmbito da CRSANS/CONSEA-MG (Comissão Regional de Segurança Alimentar Sustentável do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais), acrescido do município de Carrancas-MG.

produtoras e produtores familiares; empresárias e empresários familiares; administradoras e administradores públicos); e envolve diversas instituições, tanto públicas, quanto privadas e também organizações da sociedade civil.

Destacam-se aqui como parceiros institucionais do Projeto a CRSANS/CONSEA-MG (Comissão Regional de Segurança Alimentar Sustentável do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais) - Território Vertentes; o Instituto Federal Sudeste - Campus Barbacena; a AAFAS – Associação da Agricultura Familiar Agroecológica de São João del-Rei; a UFSJ (Universidade Federal de São João del-Rei); o CERESAN/UFRRJ (Centro de Referência em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro); o Empreendimento Feminino Solar na Praça – Feira Livre; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barbacena (Sinter); o Sindicato dos Servidores da Universidade Federal de São João del-Rei – SINDS-UFSJ; a Rede Trem Natural de Agroecologia; o IRSOL - Instituto Raio de Sol de Carrancas-MG; o Coletivo Meninas de NHÁ, do Distrito Rio das Mortes, em São João del-Rei; e tem ainda o apoio do Observatório de Saúde Coletiva e do Fórum de Economia Popular e Solidária, ambos de São João del-Rei, do Fórum de Mulheres das Vertentes.

Posto isto, o presente artigo objetiva apresentar o Projeto em questão e obter contribuições da Comunidade para os seus processos de implementação, monitoramento e avaliação. Para tanto, no tópico seguinte, será proposta uma breve leitura da experiência brasileira em SAN, relacionado-a com o problema do desenvolvimento. No Tópico 3 o Projeto será detalhado, evidenciando suas origens e seus objetivos específicos e suas estratégias de enfrentamento das questões urgentes e de médio e longo prazos. Esse esforço será realizado em diálogo com o enfoque da SAN; com autores que, acredita-se, contribuem para uma melhor

compreensão dos processos em curso; e também com aspectos relevantes da realidade territorial. Nas considerações finais, o tema da SAN enquanto estratégia de desenvolvimento será retomado e serão expostas algumas ações em curso, bem como problemas, tanto de ordem teórico-metodológica, quanto de gestão, que vêm sendo colocados pela experiência de implementação do projeto em questão.

2. SAN e desenvolvimento

O Brasil possui uma longa história de lutas e conquistas sociais no que se refere à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (LEÃO e MALUF, 2012). Ao longo desses processos, diversos componentes foram acrescentados ao enfoque da SAN, tanto como objetivo, quanto como estratégia de desenvolvimento, inclusive de forma articulada com movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGS) e agências internacionais, cujos resultados obtidos alcançam o nível internacional. Do ponto de vista ético-político e jurídico, a fundamentação da reflexão e das ações em SAN aqui no nosso país estão fundamentadas no respeito ao DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada e no princípio da Soberania Alimentar dos Povos.

Isto é, em meio às articulações mencionadas, deve também ser ressaltado o lugar privilegiado que o enfoque da SAN que entre nós se desenvolveu confere ao Direito Humano à Alimentação e a busca por um código internacional de conduta sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), questionando inclusive a forma privilegiadamente mercantil que a questão alimentar tem sido tratada em âmbito mundial (FRIEDMANN e McMICHAEL, 2008); McMICHAEL, 2013). Nesse sentido, é importante destacar ainda o princípio da Soberania Alimentar, que nos remete ao “(...) direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de

produção, distribuição e consumo de alimentos (...)", de acordo com a cultura, biodiversidade e fatores sociais (Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, Havana, 2001). A SAN é um direito e, portanto, deve ser alvo constante da criação de políticas públicas que respeitem a liberdade e a democracia, a sustentabilidade ambiental e a justiça social (MALUF, 2007; LOPES FILHO e ANDRADE, 2016).

Com efeito, no Brasil, desde os anos 1940 e 1950, com Josué de Castro, a experiência social, a reflexão acadêmica e a gestão pública tiveram sempre que se dar com questões do desenvolvimento, na fronteira com nossos problemas seculares, a exemplo da fome, da desnutrição, da miséria e da pobreza, da desigualdade, da perda da sociobiodiversidade e da falta de democracia. Esse processo, de acordo com Maluf (2007), se intensificou a partir de meados dos anos 1980 e teve como desdobramento o movimento pela promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional que conhecemos hoje.⁶ Nesse diapasão, o caso brasileiro ainda se destaca pelo ambiente formado no qual políticas de SAN foram concebidas e implementadas. Isto é, em torno dessas políticas ocorreu a construção de uma nova governança para a oferta de políticas públicas capazes de iniciar um ciclo virtuoso para a eliminação progressiva da fome e da pobreza, como já mencionado acima.

A qualidade dessas políticas é atestada por diferentes autores e instituições internacionais, não só por seus resultados, como ter possibilitado uma mobilidade social inédita, contribuído para o crescimento econômico, o desenvolvimento social, a diminuição das disparidades regionais e ainda retirado o país do Mapa da Fome em 2014 (ROCHA, 2009; IPC-IG/UNDP, 2015; BOJANIC, 2016). O interesse por essas políticas recai também sobre o adensamento institucional consequente e que, ao

⁶ O Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (<https://fbssan.org.br/>) e a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (<http://pesquisassan.net.br/>) são apenas 2 exemplos dos desdobramentos do movimento pela promoção da Soberania e da SAN no Brasil.

mesmo tempo, lhes serviu de base (BURLANDY, BOCCA e MATTOS, 2012), recolhendo participações dos movimentos sociais do campo e da cidade, de gestores públicos e pesquisadores das áreas da saúde e das ciências sociais e que redundaram, com a contribuição de instituições internacionais supra e paraestatais, em ações e políticas públicas diferenciadas nos anos 1990 (MALUF 1999a; 1999b) e, sobretudo, nos anos 2003-2015 (SOARES e SANTOS, 2016).

Nesse sentido, o ponto central, segundo Reis (2018), é que a experiência e a ação política derivada das “participações” acima referidas engendraram diálogos de saberes e processos convergentes que permitiram, ao longo do tempo, a acumulação de mobilização social e experiência democrática, aprendizado técnico e político-institucional, e aprimoramento conceitual inéditos no país, e que ainda trazem junto o caráter contra-hegemônico. A maior expressão dessa convergência parece ser o conceito brasileiro de Segurança Alimentar Nutricional (SAN), definido na Lei 11.346 de 15/09/2006 (BRASIL, 2006) e seus desdobramentos em termos de políticas públicas que valorizam a intersectorialidade e, portanto, permitem, simultaneamente, enfrentar diferentes problemas do desenvolvimento, como os de saúde, sociais, econômicos, políticos e ambientais com mais eficácia e eficiência do que as políticas tradicionais promotoras do desenvolvimento.

3. SAN como estratégia de enfrentamento da Pandemia COVID-19

Se por um lado, reconhece-se o DHAA como direito fundamental do ser humano, por outro, a crise de saúde pública decorrente do COVID-19, alçada, com a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS) ao patamar de Pandemia, tem demonstrado a fragilidade dos sistemas de abastecimento e distribuição de não só de alimentos

adequados, bem como escancarado o sucateamento do sistema de de saúde no Brasil. A Pandemia de COVID-19 – cujo protagonista é um ator não-humano – nos alcança neste contexto, materializando de forma mais evidente o que Bruno Latour (2004) denomina de “coletivo híbrido”, produto resultante da junção de elementos da natureza e os da sociedade, isto é, da cultura. A análise em perspectiva do que está acima, objetivando compreender melhor o tempo, o lugar e o contexto em que surge, se desenvolve e nos alcança a pandemia COVID-19, permite inferir que tratam-se, portanto, de três processos históricos convergentes: no plano da vida dos indivíduos (as incertezas relativas à saúde e à reprodução material e social das pessoas e dos grupos sociais que as pessoas formam); no plano da história das sociedades (a tendência secular de aprofundamento de desigualdades e de degradação ambiental); e no plano da natureza (a manutenção, a reprodução e a transformação da vida na fronteira entre o físico, o biótico e o antrópico).

Essa perspectiva que propõe perceber os processos históricos se desdobrando de forma inter-relacionada em três tempos é devida às contribuições de Fernand Braudel (1992) e Norbert Elias (1998). Ela, ao mesmo tempo que denota a dimensão e a profundidade da crise provocada pela pandemia COVID-19, impõe um olhar processual, relacional e contextual dos “acontecimentos”; e evidencia questões de cunho ético e moral que permeiam proposições relacionadas ao “o que fazer?”, e que se desdobra em “por que fazer?”, “quando fazer” e “como fazer?”. É neste contexto e tendo em conta as questões de fundo acima mencionadas, o Projeto de Extensão ora apresentado toma como ponto de partida o isolamento social, indicado pela OMS – Organização Mundial da Saúde – referendado pelo Ministério da Saúde e por muitas outras instituições, tanto acadêmicas, quanto governamentais, como medida indispensável que visa conter a proliferação do vírus COVID-19. De acordo com

Oliveira et al (2020), essa determinação impõe medidas que possibilitem o atendimento em saúde dos casos graves, por um lado, e, por outro, a medida coloca em evidência questões que se impõem em termos da segurança alimentar e nutricional das populações. Essas questões vão desde o controle higiênico-sanitário até os condicionantes do acesso aos alimentos, passando pelos determinantes da produção, abastecimento e consumo alimentar.

No contexto da crise gerada pela pandemia COVID-19, o isolamento social que se impõe, no tempo dos indivíduos, leva a recordar o sociólogo Herbert de Souza (Betinho): “a fome não pode esperar”. Superpõe-se a isto o tempo da sociedade, onde a má nutrição e as dificuldades de acesso aos alimentos compromete a saúde das pessoas e das famílias, colocando os mais vulneráveis socialmente em situação muito pior em relação àquela em que já se encontravam. Assim, o COVID-19 nos atinge não apenas enquanto organismos humanos, individualmente, mas impactando aspectos ambientais, sociais, econômicos e político-institucionais de nossa organização social, na interação com os atores não humanos, deixando evidente, na sua maior clareza, o hibridismo mencionado por Latour.

O projeto foi desenvolvido como desdobramento de um programa de extensão que, mesmo antes da Pandemia, propunha colocar em curso no Território Vertentes uma estratégia de desenvolvimento territorial baseada no enfoque da SAN desenvolvido no Brasil. E isto estava sendo feito em parceria com um outro projeto de extensão que visa promover educação financeira como base para inclusão socioeconômica de populações vulneráveis. No bojo do Programa mencionado, propõe-se promover a “acumulação ampliada de capital social” (BASCO e LAXALDE, 2005) em torno dos objetivos da SAN no território em questão. Tal promoção deverá se dar através da articulação de atores locais e regionais parceiros, estabelecidos em

diferentes posições institucionais, com diferentes formações profissionais e atuações sociais e econômicas também diversas. Essa articulação deverá ser capaz de promover o diálogo interno e externo ao Programa, com diversas instâncias político-institucionais, de modo colocar em curso no território uma estratégia de desenvolvimento baseada no enfoque da SAN desenvolvido no Brasil.

A perspectiva do desenvolvimento que envolve atores tanto como beneficiários, quanto como articuladores do desenvolvimento tem merecido bastante atenção, sobretudo desde os trabalhos de Amartya Sen (2000) e Albert Hirschman (1986). Ao mesmo tempo, literatura recente tem apontado – e também questionado – a capacidade que possuem as questões alimentares de aglutinar forças sociais para promoção de transformações sociais de mais longo alcance, como a promoção da democracia, o desenvolvimento social e a sustentabilidade ambiental (CAROLAN, 2011; GOODMAN et al, 2012; SCHANBACHER, 2015; BEACH, 2016; BONANNO e WOLF, 2018). Friedman (2005) está entre o(a)s autore(a)s que têm chamado atenção para o fato de que a questão-chave para alimentação e agricultura e para reformular a governança em todas as escalas, do local até o global, é a democracia.

Uma abordagem teórica que explica esse fenômeno e pode servir de base para proposições de desenvolvimento territorial baseadas na SAN provém da contribuição de Basco e Laxalde (2005), mencionada acima. As autoras retomam o conceito de capital social como recurso social, através do qual se mobiliza outros recursos para promover desenvolvimento. Ilumina assim “las relaciones y prácticas sociales de los actores individuales o colectivos” e introduzem a noção de processo de acumulação de capital social, consistente com a passagem do capital social simples para o capital social ampliado. As relações características do capital social ampliado são mais complexas, onde grupos e instituições estabelecem vínculos com outros grupos e

instituições, que se desdobram em associações, redes ou federações, “con mayores grados de formalización que se desenvuelven en entornos o niveles más macro, de espacios institucionales más amplios (municipios, provincias, país, incluso desarrollando conexiones internacionales)”. Maior complexidade exige aprimoramento da gestão e implica maior grau de participação e maiores graus de consciência em relação à ideia de pertencimento e às condições e circunstâncias de vida dos membros em conjunto, exigindo visão analítica integral entre os níveis micro e macro e a ênfase nas relações sociais entre organizações, acumulando recursos desde dentro para fora. A noção de “acumulação ampliada de capital social” visa a coordenação de ações concebidas em espaços institucionais caracterizados pelo diálogo entre saberes provenientes de diferentes perspectivas, ações estas voltadas para a promoção do acesso aos alimentos, da produção agroalimentar sustentável, sobretudo por meio da agricultura familiar, do abastecimento alimentar que privilegia os circuitos curtos e a proximidade produtor-consumidor e o consumo alimentar promotor da saúde individual, coletiva e ambiental.

Posto isto, o objetivo geral do projeto de enfrentamento ao COVID-19 corrobora com o escopo do Programa principal, além de expressar ao mesmo tempo uma preocupação de cunho imediato com o acesso aos alimentos por parte das pessoas, famílias e grupos sociais mais vulneráveis, e também uma preocupação em relação ao abastecimento alimentar por períodos de tempo mais longos, considerando aqui a proposição de ações públicas para “durante e pós-Covid-19, para a subsistência e sobrevivência de sujeitos, em especial, aqueles em situação de vulnerabilidade social.” Ou, como expressou Maluf (2020): “Como em outras áreas, as questões de abastecimento alimentar devem ser abordadas combinando ações imediatas frente às

emergências com a busca de objetivos permanentes que vão além do contexto de pandemia.”

Essa última preocupação leva em conta as condições socioambientais nas quais os alimentos são produzidos, distribuídos e consumidos. E, sem perder de vista os quadros de desigualdade que caracterizam nossas sociedades, considera-se também a incerteza que ronda o funcionamento dos mercados quanto ao acesso à renda, à oferta nos mercados locais e regionais de bens alimentares saudáveis e de qualidade e bens e serviços não alimentares, mas essenciais à vida. Assim, o acesso aos alimentos por parte das parcelas mais vulneráveis das populações, que já era comprometido por conta das desigualdades acima mencionadas, ficou mais comprometido ainda com as medidas de isolamento social para frear a propagação do vírus COVID-19. Considerando apenas os municípios de São João del-Rei, Santa Cruz de Minas e Tiradentes, antes da pandemia, pode-se verificar que algo em torno de 31% da população encontrava-se em condição de vulnerabilidade, correspondendo esse percentual a 33.351 pessoas.⁷ O Território Vertentes, como definido acima, possui uma população estimada em 787.878 pessoas. Num exercício estatístico preliminar, aplicando-se o percentual de população vulnerável verificado para os três municípios acima mencionados (31,3%), estamos aqui falando de algo em torno de 247 mil pessoas ou mais de 60 mil famílias, considerando uma média de 4 pessoas por família.

Em linha com o que está acima, a formulação do objetivo geral leva também em conta os sinais contraditórios que advêm dos governos federal, estadual e, em alguns casos, municipal. A isto se adiciona a lentidão com que medidas emergenciais

⁷ (IBGE-CIDADES) A situação de vulnerabilidade aqui foi definida em função do percentual de População com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo.

vêm sendo tomadas. De um lado, atenta-se contra os perigos derivados da pandemia (autorizações e desautorizações das ações emanadas do Ministério da Saúde, associadas ao aprofundamento de conflitos entre executivos estaduais/municipais e o Executivo Nacional). A isso seguiu-se a Medida Provisória 927, de 22 de março de 2020 (que dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública provocado pela Pandemia COVID-19), contribuindo para aprofundar as desigualdades sociais (OXFAM, 2020). De outro lado, atende-se de forma precária às demandas mais imediatas da maior parte da população, e a contestação oficial das medidas de isolamento social coloca em risco, de novo, as parcelas mais vulneráveis das populações.

Mas, em meio a essas circunstâncias, fica em aberto o problema do abastecimento alimentar e de bens essenciais à vida das pessoas. As contradições acima apontadas, quando associadas ao caráter tardio das medidas tomadas, evidencia a importância da proposição de ações públicas que mesclam os efeitos imediatos da crise e seus desdobramentos no médio e no longo-prazos. O ponto central, contudo, é que a continuidade no tempo das medidas de isolamento social põem em risco o abastecimento alimentar para o conjunto das populações, exigindo que se coloque em prática mecanismos que garantam subsistência e sobrevivência de sujeitos, em especial, aqueles em situação de vulnerabilidade social, não só no curto, mas também no médio e no longo prazos. E é neste sentido que aqui propõe-se **o objetivo específico 1**: fortalecer as redes de solidariedade social que se colocaram em movimento espontaneamente para minimizar os efeitos do COVID-19 sobre a capacidade de acesso aos alimentos e a outros bens essenciais à saúde e à vida de pessoas, famílias e comunidades em situação de vulnerabilidade social."

Esse objetivo se impõe porque redes de solidariedade, que já permeiam os tecidos sociais como um todo, ganham destaque quando ocorre algo que coloca o conjunto da sociedade em risco. No entanto, ocorre que a espontaneidade característica dessas redes deixa dúvidas quanto à sua continuidade, tanto no tempo como no espaço. Por isso o objetivo de fortalecê-las, implicando impulsionar relações de reciprocidade, quando o outro é visto como igual, e também medidas de redistribuição mais democráticas, sobretudo a partir do Estado.

No Brasil, as condições político-institucionais e jurídicas para tanto haviam sido fortalecidas tendo em conta as determinações da Constituição Federal de 1988. Contudo, a partir do que vem se desenrolando a partir de 2016, entretanto, “fortalecê-las”, essas redes de solidariedade, significa, dentre outras, dar-lhes visibilidade; colocar em evidência o trabalho voluntário que lhes é inerente; o valor ético-político, social e econômico que lhes permeia; e contribuir para o esforço de se fazer voltar a instituir, no plano do Estado, em convergência com movimentos sociais afins nos planos estaduais e da União, além de iniciativas legislativas, do judiciário e dos próprios executivos, medidas que garantam, com dignidade, a sobrevivência da população trabalhadora de uma forma geral. Essas redes vêm se tornando, na verdade, a garantia da sobrevivência da população mais vulnerável do país e o mínimo de qualidade de vida, em face das incertezas provenientes sobretudo do Executivo nacional.

Adiciona-se ao exposto acima que os **objetivos 2 e 3** caminham no mesmo sentido: 2) propor a constituição de Banco de Alimentos municipais ou regionais; e 3) combater o desperdício de alimentos incorporando no circuito de produção, distribuição e consumo alimentar frutas, verduras e legumes produzidas nos quintais domésticos.

De fato, os objetivos 1, 2 e 3 estão em linha com ações que visam garantir que todas as pessoas, com prioridade àquelas que encontram-se com maior dificuldade, garantam a si e a sua família, o direito de ter acesso físico ou econômico a alimentos adequados e saudáveis (ABA – Associação Brasileira de Agroecologia et al 2020: p. 2). De acordo com esse documento, para o país como um todo, desde 2018, já se podia perceber o aumento no número de pessoas em situação de extrema pobreza, alcançando um total de 13,5 milhões de pessoas. Trata-se, na verdade, de um movimento ascendente iniciado em 2015. E, “como fome e pobreza são fenômenos correlatos, isto contribui ainda mais para que o Brasil se encontre em uma situação de profunda vulnerabilidade diante da pandemia.” Isto é, “Esses alimentos precisam estar disponíveis, de forma estável e permanente, até que essas pessoas sejam capazes de os assegurar por si mesmas (o que envolve o fortalecimento de políticas estruturantes) (ABA et al 2020: p. 2).

Mas, entre os efeitos do isolamento social está também o comprometimento da capacidade de acesso, sobretudo por parte das populações mais vulneráveis, a alimentos saudáveis e de qualidade, e também a bens não alimentares essenciais à manutenção da vida. Diz-se aqui do acesso à renda, decorrente dos impedimentos relativos à circulação de pessoas, implicando limitações sérias ao acesso à parca renda que o número significativo de famílias têm. Ainda de acordo com ABA (2020: p.1), a “Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimou previu que até 25 milhões de pessoas poderão perder seus empregos no mundo” a o que se agrega os que já estavam desempregados. O Documento ainda chama a atenção para “países que não zelam pela proteção do emprego e de direitos dos trabalhadores”, que é o caso do Brasil nesse período mais recente. E, especificamente sobre o nosso país, os técnicos da OIT estimam que, “de 8,8 milhões a 35 milhões de pessoas irão cruzar a

linha da pobreza, mesmo que mantenham seus trabalhos. Essa é uma perspectiva especialmente preocupante no Brasil, em que, segundo o IBGE, 41,1% da força de trabalho está na informalidade.”

Como resposta à manifestação de efeitos da pandemia COVID 19 dessa natureza, isto é, que limitam o acesso à renda, o Projeto propõe, nos seus **objetivos específicos 4 e 5**: 4) fortalecer circuitos curtos e de proximidade de comercialização de alimentos adequados e saudáveis, e de bens essenciais não alimentares, articulados com a promoção de equipamentos de varejo (pequeno comércio, feiras etc.) que garantam o acesso a esses bens de forma digna, sobretudo pelas famílias mais vulneráveis, tanto no meio rural quanto no meio urbano; e 5) fortalecer a agricultura familiar, a agricultura urbana e periurbana, nos municípios de Santa Cruz de Minas, São João del-Rei e Tiradentes, com destaque para os produtores familiares agroecológicos ou em transição agroecológica.

O acesso à renda é determinante no acesso a alimentos saudáveis e de qualidade, em quantidade suficiente, e a bens essenciais não alimentares, também de qualidade. A divisão social, técnica e regional do trabalho que se impõe sobre os territórios nos torna a todos “habitantes da camada do mercado” – expressão cunhada por Fernand Braudel (1987) – dependentes do acesso à renda, ter “dinheiro”: é preciso ter algo para vender ... para poder comprar aquilo do que se necessita. Essa condição, em sociedades não democráticas como a nossa, deixa evidente uma das faces mais cruéis para a reprodução material e social da vida, sobretudo para as camadas mais vulneráveis das populações. Porque aqueles que exercem controle sobre os fluxos de riqueza e os meios de sobrevivência, bem como têm ascendência sobre os aparatos públicos para intervenção sobre a realidade - a “camada do anti-mercado, nos termos de Braudel (1987) - também acabam por controlar as condições materiais de

reprodução da vida social. Com base em Erik Wolf (1989) pode-se denominar tal forma de exercício do poder como “poder estrutural”.

Em sociedades mercantis desenvolvidas, a pandemia COVID-19 trouxe uma série de incertezas para o funcionamento dos mercados, rompendo cadeias de comercialização e/ou impondo um conjunto de condicionantes a produtores, comerciantes e consumidores, os quais nem todos podem satisfazer. Além disso, nem todos fazem parte de grupos sociais que conseguem alterar seus negócios pela restrição de acesso à tecnologia, acessar o crédito ou acumularam reservas suficientes para se dar com incertezas dessa natureza. Em outras palavras, a circulação de mercadorias ficou comprometida e também os fluxos de pagamentos e recebimentos a elas relacionados. Com poucos recursos familiares e sem nenhuma condição de acesso à tecnologia e ao crédito, milhões de famílias veem suas dificuldades, que já eram muitas, ficarem ainda maiores.

Nesses termos, o fortalecimento de circuitos curtos se justifica pela existência de um mecanismo, contudo, que faz com que a renda gasta num determinado território permaneça nesse território e, além disso, se veja multiplicada para se tornar renda de muitas outras famílias. E trata-se também, no caso do objetivo 5, de priorizar a agricultura familiar, a agricultura urbana e periurbana, destacando os produtores familiares agroecológicos ou em transição agroecológica, pela vinculação que suas atividades pressupõem entre saúde individual, coletiva e ambiental, hábitos alimentares saudáveis e combate à desigualdade social. Aproximar então produtores e consumidores por meio do encurtamento das cadeias produtivas e, ao mesmo tempo apontar para processos de transição agroecológica e consumo social e ambientalmente sustentável tornam-se dois dos principais objetivos quando se

pretende minorar os efeitos da pandemia COVID-19 em territórios específicos, durante e pós-crise.

Veja-se, por exemplo a experiência das “Cestas Programadas”, uma atividade que se desenvolveu a partir do “Dia de Feira”, uma feira de produtos agroecológicos que ocorria em “tempos normais” todas as terças-feiras no pátio do Campus Santo Antônio da UFSJ. O cancelamento do Calendário Acadêmico fez com que as feiras fossem interrompidas. Em resposta, o grupo de agricultoras e agricultores, toda(o)s associada(o)s à AAFAS – Associação de produtores e produtoras familiares Agroecológicas de São João del-Rei – e ligadas ao FEPSSJ – Fórum de Economia Popular e Solidária de São João del-Rei – resolveu ampliar suas atividades relativas às “Cestas Programadas”, introduzindo a inovação de atender “em casa” à demanda proveniente de prossumidoras e prossumidores. É uma rede de solidariedade mesclada com trocas monetárias e que garante renda para os produtores e produtoras de um lado e bens alimentares saudáveis e de qualidade de outro.

Nesse esforço, viram, em duas semanas, o número de cestas preparadas saltar de algo em torno de 20 cestas para mais de 60 cestas. O significado desse fato é digno de nota: 60 famílias consumidoras de hortaliças, frutas e quitandas passaram a ter acesso a alimentos produzidos sem agrotóxicos e conservantes, a “comida de verdade” “sem veneno”, como se diz. Mas é nesse momento que os gargalos começam a aparecer: problemas de gestão, associados a questões de logística e às limitações relativas à capacidade de oferta. Tratam-se, na verdade, de problemas que só poderão ser equacionados de fato no médio-prazo, com acesso à tecnologia principalmente e a formas de financiamento que possibilitem maior eficiência na organização da produção, sem perder de vista a qualidade, tanto dos produtos, quanto

das relações em torno das quais a atividade vem se desenrolando há quase uma década.

Dois aspectos, no entanto, devem chamar a atenção: o fato de que a rápida conversão verificada no exemplo acima só ocorreu pela base de sustentação da experiência em si: a rede de solidariedade que permeia as atividades dos produtora(e)s e consumidora(e)s; e a necessidade de fortalecer a experiência em si – e as experiências semelhantes – por conta dos gargalos apontados, de modo a conferir sustentabilidade no médio e no longo-prazos para o conjunto solidariedade-funcionamento de mercados.

Outros produtores, no entanto, cujas redes de solidariedade das quais participam não são tão extensas, isto é, não vão muito além das redes familiares e de cunho religioso, esses produtores ficam mais desguarnecidos. Isto é, pelo fato de estarem numa situação de quase total dependência de relações, que funcionam baseadas no ganho e na vantagem individual, as incertezas passam a ser maiores, a o que se acresce o aumento dos custos de transporte, com a saúde e higiene, dentre outros, custos esses que se impõem pela pandemia COVID-19. Nos termos de Polanyi (2000), trata-se da diminuição da capacidade de regulação do “padrão institucional do mercado” que orienta “princípios de comportamento baseados na permuta, na barganha e na troca”, e que vem se materializando, em tempos de pandemia, na perda de produção, adiamento de recebimentos, diminuição da demanda, aumento de custos, assim, colocam esses produtores em dificuldade. E o mesmo se verifica com o pequeno comércio e com os prestadores de serviços de uma forma geral, com destaque no entanto para aqueles cujos serviços são de baixo valor agregado.

Destaque-se aqui um outro segmento que, no contexto da pandemia COVID-19, é bastante afetado: os produtores de serviços, incluindo os serviços de turismo,

atividade tradicional dos municípios do Território Vertentes, com destaque para São João del-Rei e, mais particularmente, Tiradentes e Congonhas. De uma forma geral, no entanto, como nos demais segmentos do sistema econômico, discorre-se aqui acerca do acesso à renda que garante a sobrevivência e a reprodução material e social da maior parte da população. O isolamento social impede que a oferta desses produtores se realize, dada a característica fundamental da oferta de serviços – o fato de ser produzido e consumido ao mesmo tempo. O fato é que cabe aqui uma ação pública no sentido de fortalecer esses produtores e garantir a satisfação da demanda correspondente. E, pensando em produtores de serviços de baixo valor agregado, mas fundamentais para o funcionamento de sociedades como as nossas, cujo acesso à tecnologia e ao crédito é limitado, como taxistas, prestadoras de serviços domésticos, bares e restaurantes, etc., a necessidade é premente de apoiá-los sob a pena de colocar em risco a sobrevivência das famílias que deles dependem.

No que respeita ao Território Vertentes, está-se aqui na verdade fazendo referência a algo em torno de 50% do “Valor adicionado bruto dos Serviços” em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) regional, estando aqui excluídos os valores referentes à “Administração, saúde e educação públicas e seguridade social”. Assim, é nesse contexto, também, que se coloca a importância de se fortalecer circuitos curtos, de proximidade, de comercialização que articulam pequeno comércio, feiras, sistemas públicos de logística, mercados institucionais; enfim, construir alternativas para diminuir a incerteza desses produtores, prestadores de serviços, comerciantes e consumidores.

Um outro aspecto relacionado é aquele que liga saúde, nutrição e meio ambiente. É nesse contexto que se coloca em evidência a necessidade de fortalecer a agricultura familiar, a agricultura urbana e periurbana, com destaque para os

produtores familiares agroecológicos ou em transição agroecológica. O fato é que a ideia de saúde extrapolou o indivíduo isolado e a saúde individual não é mais possível de ser pensada sem que se pense ao mesmo tempo em saúde coletiva e saúde ambiental. Acima fez-se referência ao fato de que a pandemia COVID-19 coloca em evidência a interação entre os meios físico, biótico e antrópico, deixando mais claro do que nunca o hibridismo que sustenta a existência dos seres vivos. Aqui, os sistemas agroalimentares cumprem uma função primordial, qual seja: aquela onde se opera os processos de reprodução da vida, formando um “híbrido” entre o que é humano e o não-humano. Ocorre que o distanciamento entre ambos, tendo em conta os processos de reprodução da vida de uma forma geral, que se expressa, por exemplo, no uso indiscriminado de agrotóxicos, no ultra processamento de alimentos ou no consumo alimentar “inconsciente” – hábitos alimentares não saudáveis – têm provocado comprometimentos sérios à saúde humana e não-humana. E quando se agrega a essa realidade, que vai se constituindo no tempo da natureza e no tempo das sociedades, aquilo que já faz parte do tempo dos indivíduos, isto é, uma situação de extrema desigualdade como a que vivenciamos, passa a ser mais do que importante, necessário até, o estímulo aos produtores orgânicos e agroecológicos e à transição agroecológica. Cuidar do meio ambiente cuidando das pessoas e cuidar das pessoas cuidando do meio ambiente, produzindo alimentos saudáveis e de qualidade, de forma ambientalmente sustentável, socialmente justa, politicamente democrática e culturalmente diversa.

O que está posto acima, entretanto, nos leva ao tema da governança territorial. Estamos falando de uma população de perto de 770 mil pessoas, habitantes do território Vertentes estabelecido pela CRSANS-Vertentes. E é nesse contexto que se colocam os **objetivos 6 e 7**: 6) instar executivos e legislativos municipais a tomarem

ações emergenciais tendo em conta o princípio da intersetorialidade que permeia as políticas públicas que operam nas interfaces entre saúde e SAN das populações, garantindo simultaneamente, o DHAA; e 7) promover articulações para a retomada das atividades dos conselhos municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e de Desenvolvimento Rural para garantir a realização do DHAA.

Está-se aqui interessado contribuir para qualificar ações públicas nesse momento. Isto é, o interesse recai sobre medidas que não só caminhem no sentido de “redução de danos” decorrentes da pandemia COVID-19, mas também de ações que visam o desenvolvimento local e regional promovendo o diálogo entre governos e sociedade civil. Os movimentos sociais no Brasil, juntamente com gestores públicos e pesquisadores em várias áreas do conhecimento, no período pós-CF88, desenvolveram mecanismos institucionais que permitem a ação do Estado de forma integrada, econômica e eficaz. A natureza sistêmica que assumiu as políticas públicas no país são o maior exemplo disto. Fala-se aqui de estruturas sistêmicas do ponto de vista político organizacional, a exemplo do SUS – Sistema Único de Saúde. Essas estruturas se estendem dos municípios à União, conformadas por conselhos de estrutura tripartite.

É essa estrutura que está sendo desconstruída. E junto com ela uma série de mecanismos de financiamento das políticas públicas têm sido escasseados. E é no sentido retomar essa estrutura, o seu caráter de participação social e seus mecanismos de funcionamento que os objetivos 6 e 7 foram propostos. Na maior parte dos casos, é só respeitar a Lei e/ou valer-se dos instrumentos jurídicos que autorizam a ação governamental no sentido de que os instrumentos de política foram criados. No caso específico da Segurança Alimentar e Nutricional (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN - Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006), de

acordo com a ABA (2020: p. 4), pode-se propor a “Criação de Comitês Estaduais e Municipais de Emergência para o Combate à Fome”. Idealmente, esses conselhos seriam formados por “(...) instâncias que tratam da SAN, como os conselhos (Conseas) e câmaras intersetoriais governamentais (Caisans), Instituições de Ensino Superior (IES)”. Essas instâncias, desconstruídas/desarticuladas formalmente no âmbito federal já no início de janeiro de 2019 (Medida Provisória 870 de 2019 e seus desdobramentos no Congresso Nacional), mas não nos níveis estadual e municipal, estariam em diálogo com “os sistemas de saúde e de assistência social e sociedade civil” de modo a “monitorar e propor soluções articuladas e intersetoriais, com foco nos grupos mais vulneráveis à fome.”

Assim, de um lado, torna-se imperativo retomar, sobretudo no contexto de pandemia que nos acomete, processos de governança territorial já instituídos no nosso ordenamento jurídico e que garantam a ampliação da participação política na definição de meios e fins para a ação pública e para as políticas públicas. De outro lado, no entanto, esses processos, nos últimos quatro anos, têm sido desestimulados e até mesmo desconstruídos. Esse é o caso, por exemplo, do município de São João del-Rei, no que respeita aos conselhos municipais de Desenvolvimento Rural (instituído pela Lei Municipal 4.194, de 21 de maio de 2008) e de Segurança Alimentar e Nutricional (instituído pela Lei Municipal nº 3888, de 19 de outubro de 2004). Esses e os demais conselhos municipais de políticas públicas, como o de Saúde, Educação, Assistência Social, dentre outros, configuram-se como espaços públicos de diálogo e interação social voltados para o equacionamento dos problemas colocados para o município. Mas como fazer quando a proposição e implementação de processos de governança territorial mais democráticos não são prioridade dos executivos municipais e estaduais e, tampouco, do Executivo Federal?

4- Considerações Finais

Para colocar em curso ações no sentido de alcançar os objetivos 1 e 3 e, parcialmente o objetivo 2, acima mencionados, constituiu-se a Comissão de Apoio às Redes de Solidariedade, com o objetivo de identificar e acompanhar redes de solidariedade que vêm se manifestando no território em função da mitigação dos efeitos da pandemia COVID-19; criar estratégia para conhecer e caracterizar essas redes; contribuir para a Identificação de formas de fortalecer as redes de solidariedade em sintonia com os protagonistas dessas redes, incluindo aqui o combate ao desperdício; e iniciar a preparação do I seminário de redes de solidariedade do Território Vertentes.

Os objetivos 4 e 5, também mencionados acima, constituem objeto de atuação da Comissão para a promoção de mercados de proximidade. Entre as ações que vêm sendo desenvolvidas, estão a identificação de circuitos curtos e mercados de proximidade passíveis de serem estimulados no curtíssimo prazo, tendo em conta bens alimentares e outros bens não alimentares essenciais à vida; desenvolver estratégias para o fortalecimento da agricultura familiar, a agricultura urbana e periurbana, com destaque para os produtores familiares agroecológicos ou em transição agroecológica; promover geração de renda nos setores primário, secundário e terciário, destacando a produção artesanal e o pequeno negócio. Destaque-se aqui também os encaminhamentos relacionados à construção de um Plano Territorial de Desenvolvimento Rural (PTDR), que terá como uma de suas diretrizes a promoção da Transição Agroecológica, além de proposições relativas à realização do I Seminário Territorial de Circuitos curtos e mercados de proximidade.

Pretende-se que os objetivos específicos 6 e 7 sejam alcançados a partir da atuação da Comissão político-institucional. Essa atuação envolve ações no sentido de realizar diagnóstico acerca das condições político-institucionais vigentes; identificar atores estatais e não-estatais convergentes em relação ao objetivo geral e objetivos específicos; recuperar as legislações municipais relacionadas com a instituição dos conselhos municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento Rural; contribuir junto com atores relevantes, estatais e não estatais, para articular ações concernentes com os objetivos do projeto; Iniciar as negociações para implantação de bancos de alimentos no território e articular com atores relevantes suas respectivas contribuições para o PTDR.

Além dessas 3 comissões, com o objetivo de apoiar o trabalho das demais comissões e a implementação do Projeto como um todo, foram ainda instituídas 3 outras comissões, sem contar a Comissão Coordenadora. São elas: a Comissão de Saúde, Nutrição e Vulnerabilidade; a Comissão de Comunicação e a Comissão de Monitoramento e Avaliação. Essa última Comissão foi proposta com o objetivo de desenvolver indicadores de processo e de resultado para o Projeto; e realizar o monitoramento e a avaliação periódica das atividades realizadas no âmbito das demais comissões. A Comissão de Saúde, Nutrição e Vulnerabilidade visa realizar diagnóstico da situação de Insegurança Alimentar e Nutricional; fornecer subsídios para as demais comissões em termos de normas, regras, protocolos concernentes à saúde e à nutrição e o respeito ao DHAA; subsidiar a proposição de constituição de bancos de alimentos; e desenvolver e divulgar material informativo e educativo contendo as medidas prioritárias nas áreas da saúde e da nutrição relativas ao controle da pandemia COVID-19. A Comissão de Comunicação, por fim, foi criada com o propósito de desenvolver estratégias de comunicação para diferentes públicos

relacionados com o projeto, incluindo a atuação em mídias e meios de comunicação para dialogar com as populações instaladas no território e publicizar os objetos e ações do Projeto.

Até o presente momento, um conjunto de ações têm sido realizadas por essas comissões, seja isoladamente, seja em parceria umas com as outras. O Projeto "Comida de Verdade: gerando trabalho e renda e promovendo hábitos alimentares saudáveis", por exemplo, tem por objetivo gerar trabalho e renda para as famílias agricultoras e, ao mesmo tempo, proporcionar acesso a alimentos de qualidade - frutas, verduras e legumes e quitandas - por parte das famílias de catadores e catadoras. Vinculou-se, assim, duas associações, uma de catadoras e catadores e outra de agricultoras e agricultores familiares agroecológicos, ao mesmo tempo que levou-se para o cotidiano de todas e todos os envolvidos o sentido da justiça alimentar, do respeito ao DHAA, o caráter político que está vinculado ao ato de se alimentar e de resgate da cultura alimentar regional através da oferta de quitandas artesanais. Adicionou-se, ainda, ao Projeto duas outras ações: uma Cartilha intitulada "Como aproveitar integralmente os alimentos? receitas e informações nutricionais", produzida pela Comissão de Saúde, Nutrição e Vulnerabilidade; e a Ação "EPI's para Catadoras e Catadores: máscaras de proteção individual, resultado do trabalho da Comissão de Apoio às Redes de solidariedade.

Como visto acima, todas as comissões têm realizado diagnósticos para subsidiar a ação política no território, ao mesmo tempo que têm o propósito de estimular a "acumulação ampliada de capital social" pretendida. É, no entanto, digno de nota o fato de que a noção de SAN como estratégia de desenvolvimento territorial ainda é pouco compreendida, como também a possibilidade de ação política fora do âmbito estatal-territorial. Esse fato coloca em risco a gestão tanto do Programa,

quanto do Projeto, por dificultar processos de descentralização que, embora de forma tímida, está sendo colocado em prática. Esse fato também impõe certas dificuldades para a ação das comissões, em especial para a Comissão de Comunicação, dificuldades essas que aos poucos vêm sendo equacionadas e encaminhadas. Por exemplo, em meio ao contexto de pandemia, não se trata de “ajudar” ou “receber ajuda” simplesmente, mas de promover relações de reciprocidade entre doadores, beneficiários e intermediários, onde “o outro é visto como igual”. Isto está em linha com uma percepção de solidariedade que nos remete à noção de “fazer parte”, como Elias sugere, de uma teia infindável de relações que se autoalimentam.e que se estende para muito além do que é humano - o híbrido de Latour, novamente!

Uma questão correlata decorre da insistência em trazer abordagens de desenvolvimento que privilegiam o setorial e não o territorial. Quando, do ponto de vista da SAN, coloca-se em evidência questões de disponibilidade associadas a questões de acesso, a abordagem dos três tempos, vista acima, aparece em toda sua clareza: hoje, no momento presente, muitas pessoas estão passando por dificuldades, número esse que tende a aumentar. Nesse contexto, a proposição: “daremos prioridade para empreendimentos sustentáveis” leva à indagação acerca dos milhões de famílias que se reproduzem material e socialmente por meio do que não seja “sustentável”. A abordagem do desenvolvimento visto sob a ótica territorial implica reconhecer necessariamente as diferentes manifestações culturais que pode se observar nos territórios, ao mesmo tempo que permite proposições de intervenção no tempo das sociedades e no tempo da natureza condizentes com mais democracia e justiça social, mais harmonia entre o que é antrópico, biótico e físico. Mas essa abordagem também implica o aprimoramento de abordagens relacionais, que sejam contextuais e processuais. Implica perceber os fluxos e o movimento dos atores em

meio a esses fluxos. É relativamente fácil, por exemplo, diagnosticar a agricultura familiar em meio ao “setor rural”, mas não o é os vínculos e as relações entre o rural e urbano.

Por fim, no âmbito tanto do Programa, quanto do Projeto, está também sendo preparada a Ação "Formação em Segurança alimentar e Nutricional", que tem como objetivo geral subsidiar as discussões sobre a promoção do desenvolvimento territorial na região das Vertentes, acrescido do município de Carrancas, através da estratégia baseada na promoção da SSAN. Especificamente, visa-se: 1) Ampliar e difundir a reflexão em torno da SAN como estratégia de desenvolvimento territorial; 2) Promover a convergência e a aglutinação de forças políticas em torno dos objetivos da SSAN, como agricultores familiares, agroecologistas, gestores públicos, ambientalistas, pesquisadores, feministas, movimentos sociais ligados à justiça social e à promoção da democracia e todos os que podem acumular forças de modo a imprimir no território uma institucionalidade capaz de promover o respeito à diversidade cultural e à biodiversidade e reverter os processos em curso promotores de desigualdade, violência e degradação ambiental; e 3) Estimular a criatividade para ação pública em torno dos objetivos da SSAN como idealização da melhora coletiva desejada.

Ao mesmo tempo, contatos vêm sendo realizados e propostas sendo encaminhadas para prefeituras municipais, ministério público, representantes legislativos, dentre outros atores, no sentido de viabilizar os objetivos específicos acima discutidos. Espera-se, assim, deixar um legado de solidariedade e espírito público para a promoção da saúde coletiva, alimentação saudável e adequada, democratização do território, caminhando para o respeito à soberania e à autonomia dos povos, incluindo formas de organização da produção, do abastecimento e do consumo mais sustentáveis, como, assim nos parece, o é o fortalecimento de redes

de solidariedade e também dos circuitos curtos de produção e consumo, além da divulgação e educação sobre a agroecologia, bem como a abertura de novos mercados com foco na produção local de alimentos agroecológicos e na produção artesanal local. a médio e longo prazo.

Nesse momento de perplexidade coletiva, com tendência à desestruturação social, seja por conta dos aspectos de saúde (individual, coletiva e ambiental); dos aspectos socioeconômicos ou ainda dos aspectos político-institucionais que a pandemia faz emergir, torna-se imperativo o envolvimento da população no equacionamento e no encaminhamento das questões que tais problemas suscitam. O advento do vírus COVID-19 em um contexto de pandemia global enfatizou a já presente desigualdade social e os abismos que separam diferentes grupos sociais, além de revelar a falta de preparação do Estado e dos governos para atuar em situações de crise. Desse modo, para cumprir as metas do projeto, diversos sujeitos se articularam em comissões vinculadas a cada um dos objetivos específicos elencados, com o intuito de garantir os apoios institucionais para a realização de contatos, aprofundamento de diálogos e realização de ações junto aos setores público e privado, inclusive organizações representativas da sociedade civil, tanto municipais quanto estaduais e nacionais. Para tal, as comissões se organizaram com objetivo de elaborar estratégias de ação para promoção da SAN no Território Vertentes, enquanto ferramenta de enfrentamento à fome e à pobreza aprofundadas pela pandemia do COVID-19, bem como na criação e recriação de estruturas públicas e fortalecimento de redes de solidariedade.

Algumas atividades são efetuadas através do diagnóstico da situação de segurança alimentar e nutricional, agora agravado com o aumento de desemprego. Está em curso levantamentos de dados secundários, acrescido de entrevistas com

produtores, técnicos e gestores, procurando saber das dificuldades e das possibilidades na produção, transporte e comercialização e consumo, não só de alimentos; busca de informações sobre o funcionamento dos mercados e das administrações municipais e esta tarefa está sendo bastante dificultada pela falta de acesso aos dados devido ao recesso das fontes de informação – sindicatos, prefeituras, institutos, associações comerciais, entre outras.

Tais comissões multidisciplinares são formadas por agricultores, artesãos, nutricionistas, consumidores, professores e profissionais da área da saúde etc. trabalham com intuito de articular as redes de solidariedade, com bases nas noções de SAN, promovendo a criação de novos mercados alimentares e de estabelecimento de dinâmicas de consumo com base na sustentabilidade alimentar, e dessa forma, fortalecendo os sistemas de agricultura familiar e agroecológica, procurando, assim, garantir o livre acesso e uso da terra e dos recursos naturais de maneira ambientalmente responsável. Além de atuar pontualmente no momento de crise, o propósito maior do projeto é garantir uma efetivação de longo prazo, ultrapassando o caráter emergencial e garantindo, assim, a instituição no território de mecanismos que façam com que comportamentos e relações permitam o adensamento de uma estrutura institucional menos violenta e mais aberta ao diálogo, lembrando aqui Norberto Bobbio, quando o DHAA possa se tornar uma realidade para o conjunto das pessoas, sem comprometer, é claro, outros direitos e garantias fundamentais às quais todo ser humano deveria ter acesso.

5 - Referências

ONU - Organização das Nações Unidas (2016). Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Documento eletrônico disponível em <https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>. Acesso em 15/05/2016.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2015). PNUD explica transição dos Objetivos do Milênio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Documento eletrônico disponível em <https://nacoesunidas.org/pnud-explica-transicao-dos-objetivos-do-milenio-aosobjetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em 10/10/2019.

Maluf, R. (2007). *Segurança Alimentar e Nutricional*. R.J. Ed. Vozes.

Lopes filho, José Divino e Andrade, Mariana Lage de O. (2016). Definição e histórico de Segurança Alimentar e Nutricional. In Silva, Cassiano Oliveira da et al (Orgs): *Segurança alimentar e nutricional*. Rio de Janeiro, Ed. Rubio, pages 3-11.

Polanyi, K. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. S. P. Ed. Loyola, 2000.

OXFAM (2017). Nós e as Desigualdades – percepções sobre desigualdades no Brasil. Disponível em <https://oxfam.org.br/publicacoes/>. Acesso em 08/04/2019.

OXFAM (2018). País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras. Disponível em <https://oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pais-estagnado/>. Acesso em 27/11/2018.

OXFAM (2019). Bem público ou riqueza privada? Saúde, educação e outros serviços públicos universais reduzem o fosso entre ricos e pobres e entre mulheres e

homens. Cobrar impostos mais justos dos ricos pode ajudar a pagar por esses serviços. Disponível em <https://oxfam.org.br/publicacoes/>. Acesso em 22/01/2019.

OXFAM (2016). Terrenos da desigualdade: Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural. Disponível em <https://oxfam.org.br/publicacao/terrenos-da-desigualdade-terra-agricultura-e-desigualdade-no-brasil-rural/>. Acesso em 10/08/2020.

Costa, E. V. da. (1988). *Da monarquia a República: momentos decisivos*. São Paulo. UNESP.

ICJ/FGV (2016). Índice de Confiança na Justiça Brasileira – ICJBrasil. Fundação Getúlio Vargas – Escola de Direito de São Paulo. Disponível em <https://direitosp.fgv.br/publicacoes/icj-brasil>. Acesso em 02/04/2020.

Charleaux, J. P. (2017). O que faz a desigualdade ser tão persistente no Brasil. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/09/25/O-que-faz-a-desigualdade-ser-t%C3%A3o-persistente-no-Brasil>. Acesso em 20/08/2020.

Dowbor, L. (2020). Capital e ideologia, de Thomas Piketty. Disponível em <https://dowbor.org/2020/04/thomas-piketty-capital-et-ideologie-seuil-paris-2019-1200-p.html/>. Acesso em 01/04/2020.

Rodrigues, R. Degradação ambiental no Brasil vira motivo de preocupação mundial. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/opinioao/degradacao-ambiental-no-brasil-vira-motivo-de-preocupacao-mundial/>. Acesso em 02/04/2020.

Leão, M. e Maluf, R. (2012). Effective Public Policies and Active Citizenship: Brazil's Experience of building a Food and Nutrition Security System. Abrandh and Oxfam.

Disponível em <https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/rr-brazil-experience-food-nutrition-security-190214-en.pdf> e acessado em 12/06/2016.

Friedmann, Harriet e McMichael, Philippe. (2008). Agriculture and the state system: the rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. Article in *Sociologia Ruralis* • March 2008.

Rocha, C. (2009). Developments in National Policies for Food and Nutrition Security in Brazil. *Development Policy Review*. 27 (1): 51-66.

IPC-IG/UNDP. (2015) - International Policy Centre for Inclusive Growth. United Nations Development Programme. Is there a new Brazilian development model? Disponível em http://www.ipc-undp.org/pub/eng/PIF33_Is_there_a_Brazilian_model_of_development.pdf e acessado em 13/06/2016.

Bojanic, A. (Ed.). (2016). Superação da Fome e da Pobreza Rural: Iniciativas Brasileiras. Brasília-DF. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Disponível em <http://www.fao.org/3/a-i5335o.pdf>. Acesso em 20/08/2020.

Burlandy, Luciene; Bocca, Cláudia e Mattos, Rubens. (2012). Mediações entre conceitos, conhecimento e políticas de alimentação, nutrição e segurança alimentar e nutricional. In *Rev. Nutr.*, Campinas, 25(1):9-20, jan./fev., 2012. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732012000100002. Acesso em 20/08/2020.

Maluf, R. (1999 a). Ações Públicas Locais de Apoio à Produção de Alimentos e à Segurança Alimentar. Instituto Polis. Disponível em

<http://polis.org.br/publicacoes/acoes-publicas-locais-de-apoio-a-producao-de-alimentos-e-a-seguranca-alimentar/> e acessado em 17/01/2017.

Maluf, R. (1999 b). Ações Públicas Locais de Abastecimento Alimentar. Instituto Polis. Disponível em <http://polis.org.br/publicacoes/acoes-publicas-locais-de-abastecimento-alimentar/> e acessado em 17/01/2017.

Soares, Luana Pádua e Santos, Leonor M. Pacheco. Políticas e programas de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. In Silva, Cassiano Oliveira da et al (Orgs): *Segurança alimentar e nutricional*. Rio de Janeiro, Ed. Rubio, pags 13-23.

Reis, M. C. (2018). Reflecting on counter-hegemonic strategies of Food and Nutritional Security: Notes on the Brazilian Case. In Bonanno, A. e Wolf, S. Resistance to the neoliberal agri-food regime: a critical analysis. New York: Routledge.

BRASIL. Presidência da República. (2006). Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006. Brasília: Presidência da República. Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm#:~:text=Cria%20o%20Sistema%20Nacional%20de,a%20dequada%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em 20/08/2020.

Latour, Bruno (2004). Por uma antropologia do centro. In MANA 10(2):397-414, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/mana/v10n2/25166.pdf>. Acesso 05/03/2019.

Braudel, Fernand. (1987). *A Dinâmica do Capitalismo*. São Paulo. Ed. Rocco.

Elias, Norbert. (1998). *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed.

- Basco, M. C. e Laxalde, M. F. (2005). *Economia solidaria y capital social: contribuciones al desarrollo local*. Buenos Aires, Ed. Paidós.
- Sen, Amartya (2000): *Desenvolvimento como Liberdade*. S. P., Cia. Das Letras.
- Hirschman, A. O.(1986): *El Avance en Colectividad: Experimentos populares en la América Latina*. México, Fondo de Cultura Económica.
- Carolan, Michael S. (2011). Thinking About Food Relationally. In Carolan, Michael S. *Embodied Food Politics*. Surrey-UK. Ashgate Publishing Limited.
- Goodman, D. et.al. (2012). *Alternative Food Networks: Knowledge, practice, and politics*. New York: Routledge.
- Schanbacher, William D. Schanbacher. (2015). Introduction to Food Justice in a Global Context. In Werkheiser, Ian and Piso, Zachary (Eds). *Food Justice in US and Global Contexts: Bringing Theory and Practice Together*. The International Library of Environmental, Agricultural and Food Ethics Vol. 24. Cham, Switzerland, Springer International Publishing.
- Beach, S. (2016): “Extending Roots: Building Alliances through Urban Agricultural Initiaves.” Trabalho apresentado no XIV World Congress of Rural Sociology 2016. Disponível em https://cpb-us-e1.wpmucdn.com/blogs.cornell.edu/dist/d/4225/files/2014/05/Beach_Draft-213upys.pdf. Acesso em 20/08/2020.
- Bonanno, A. e Wolf, S (Eds). (2018). *Resistance to the neoliberal agri-food regime: a critical analysis*. New York: Routledge.

Friedman, H. (2005). From Colonialism to Green Capitalism: Social Movements and Emergence of Food Regimes. *New Directions in the Sociology of Global Development. Research in Rural Sociology and Development*, Volume 11, 229–267.

Maluf, R. (2020). Comer em tempos de pandemia e após. Disponível em <https://jornalggn.com.br/artigos/comer-em-tempos-de-pandemia-e-apos-por-renato-s-maluf/>. Acesso em 15/05/2020.

OXFAM (2020). _ Medidas do governo aprofundam desigualdade social no Brasil. Disponível em <https://oxfam.org.br/noticias/medidas-do-governo-aprofundam-desigualdade/>. Acesso em 02/04/2020.

ABA – Associação Brasileira de Agroecologia – et al (2020). Garantir o direito à alimentação e combater a fome em tempos de coronavírus: a vida e a dignidade humana em primeiro lugar! Disponível em <https://fbssan.org.br/wp-content/uploads/2020/04/2020-recomendacoes-sobre-direito-alimentacao-no-contexto-da-covid-versao-2-de-abril-.pdf>. Acesso e, 26/03/2020.

Wolf, Erik. R. (1989). Facing Power-Old Insights, New Questions. This essay was delivered as the Distinguished Lecture at the 88th annual meeting of the American Anthropological Association, November 19, 1989, in Washington, D. C.

Chmielewska, D. e Souza, D. (2011). The food security policy context in Brazil. International Policy Centre for Inclusive Growth United Nations Development Programme. Disponível em <https://ipcig.org/pub/IPCCountryStudy22.pdf>. Acesso em 20/08/2020.

HLPE REPORT (2017). Nutrition and food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome. Disponível em <http://www.fao.org/3/a-i7846e.pdf>. Acesso em 20/08/2020.

IPES-Food. (2017). Unravelling the food–health nexus: addressing practices, political economy, and power relations to build healthier food systems. Documento eletrônico disponível em [http://www.ipes-food.org/_img/upload/files/Health_FullReport\(1\).pdf](http://www.ipes-food.org/_img/upload/files/Health_FullReport(1).pdf). Acesso em 20/09/2018.

Rocha, Cecília; Burlandy, Luciene; e Magalhães, Rosana (orgs). (2013). *Segurança Alimentar e Nutricional: Perspectivas, Aprendizados e Desafios para as Políticas Públicas*. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz.

Willett, W. et al (2019). Food in the Anthropocene: the EAT–Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems. The Lancet Commission. Documento eletrônico disponível em [https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736\(18\)31788-4.pdf?utm_campaign=tleat19&utm_source=HubPage](https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736(18)31788-4.pdf?utm_campaign=tleat19&utm_source=HubPage), acessado em 29/03/2019.

